

FRENTE: FILOSOFIA

PROFESSOR(A): JOÃO SARAIVA

ASSUNTO: FILOSOFIA POLÍTICA, EM BUSCA DA ESSÊNCIA DA POLÍTICA

EAD – MEDICINA

AULA 11



Resumo Teórico

Introdução

Não é raro que se ouça em todas as categorias sociais e em distintos lugares, expressões do tipo: “Eu odeio política”, ou “Eu não me envolvo em política”. A rigor não existe nenhuma atitude humana que pode ser denominada como “apolítica.” Até o ato de “não fazer política” já é um comportamento político. E isso vem se evidenciando cada vez mais nas sociedades democráticas e no mundo globalizado das novas tecnologias.

Na sociedade grega o termo “política” se referia aos modos de conviver em sociedade e à preocupação com a “res publica”, condição que não era restrita aos dirigentes das cidades. É verdade também que apenas participavam da vida das cidades uma pequena minoria da população, entendida como “cidadã”. Independente desta realidade há que se continuar à buscar sempre novas respostas para o significado da expressão que ganha novos contornos em cada contexto social.

Os dicionários de Filosofia costumam trazer diversos conceitos para o termo, neste momento é importante que tenhamos conhecimento deles. Na origem grega, a palavra **Πολιτικά** (política) pode ser compreendida como “a doutrina do direito e da moral; a teoria do estado; a arte ou a ciência de governo; o estudo dos comportamentos intersubjetivos”¹

Se o termo “política” vem do grego, deveríamos começar daí uma investigação acerca da possibilidade de acúmulo de conhecimento sobre o tema. Em síntese, a política era o agir na *pólis* e, mesmo enquanto atividade prática, possuía diferenças significativas em relação ao mesmo termo do modo como é usado atualmente.

Platão, no entanto, pretendeu que a política poderia ir além das simples relações sociais efetivas de conflito e cooperação, fossem elas espontâneas ou determinadas pelos governantes. O autor vislumbra a possibilidade de desenhar, por meio da razão, uma ordem para as relações já existentes, a fim de se chegar a um ponto específico que esta determinaria. Assim, a política já não seria modificada sem um modelo em mente, sem ter uma direção para onde seguir; surge a ideia. As mudanças tampouco seriam por simples vontade ou força dos governantes ou dos governados. Platão cria um fim; ele se dispõe então a tratar dos meios.

A *República* trata de apresentar o governo ideal. O governo ideal é aquele que é justo e, se devemos procurar alguma teoria política em Platão, ela está relacionada à justiça e ao modo pelo qual é possível alcançá-la. Ocorre que a justiça em Platão não se refere apenas às relações dentro da organização política dada ou àquelas entre os indivíduos no trato particular. A justiça refere-se também à natureza do indivíduo (alma, sabedoria e virtude) e, em última instância, à organização do universo em cosmos.

Mal interpretado muitas vezes, o texto de Platão passa a ter como fim último uma conclusão preliminar: os filósofos devem ser reis, ou os reis devem ser filósofos. Não é o caso: o governo é uma necessidade que existe apenas para se evitar o “maior castigo”, isto é, “ser governado por alguém pior do que a gente quando a gente mesmo não quer governar; (...). Se uma cidade de homens de bem viesse à existência, lutar-se-ia nela, parece-me, para escapar ao poder”² Só há governo, então, porque nem todos são “homens de bem”.

A justiça que deve surgir na *pólis* não é apenas aquela que o governante pode impor pela lei ou pela força, é também aquela do indivíduo que sai da caverna e busca olhar o sol – ainda que a maioria jamais possa fazê-lo. A República não é um simples modelo para se fazer leis, ela é a tentativa do filósofo de criar uma nova ética para o ser humano, aquela do agir racionalmente. Se não há a crença de que todos possam alcançar o conhecimento, privilégio dos filósofos, concebe-se que todos possam compreender que quem deve governar são esses capazes de atingir as essências.

Apenas a partir dessa mudança mais ampla pode haver justiça, porque é imprescindível uma identidade entre “microcosmo” e “macrocosmo”, ou seja, entre o homem e a sociedade.

É importante lembrar que a Grécia de hoje pouco tem a ver com aquilo que se convencionou chamar de Grécia da Antiguidade, que não se caracterizava como um Estado unificado, mas como um conjunto de cidades, de comunidades políticas (*pólis*). O livro *A Política*, de Aristóteles, pode ser considerada o primeiro estudo de política comparada e foi organizada e escrita, segundo o historiador Moses Finley, “a partir de uma análise refinada das instituições políticas existentes; as matérias-primas eram agrupadas em monografias, que ele e os seus discípulos prepararam sobre a história constitucional de 158 comunidades políticas”³.

Agora, vamos examinar alguns elementos constituintes da chamada democracia grega e, para facilitar a compreensão do texto, apresentamos inicialmente um pequeno glossário dos termos gregos.

Alguns termos e expressões do vocabulário político grego

- **ágora**: lugar de reunião; praça pública; espaço onde aconteciam assembleias populares. Em Atenas era também o espaço onde estavam localizadas as instituições políticas.
- **aristocracia**: governo dos melhores, dos excelentes (*aristoi*).
- **demós**: o povo; mais tarde recebe o sentido do conjunto dos cidadãos. Originalmente significava os territórios habitados pelos pobres.
- **democracia**: regime no qual o poder pertence ao povo (*demós*).
- **dokimasia**: espécie de exame ao qual eram submetidos os pleiteantes a cargos e encargos públicos, que consistia em verificar, não as competências técnicas, mas as virtudes cívicas do candidato.

2 PLATÃO – *A República*. Tradução e organização de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. P. 347c-d

3 FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002. Coleção: Lugar da História. P 115.

1 ABBAGANANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

- **ekklesia:** assembleia popular.
- **isègoria:** igualdade de direito à palavra pública, à palavra política; direito de falar nas assembleias.
- **isonomia:** igualdade de direitos perante a lei.
- **koinonia tôn politon:** comunidade de cidadãos.
- **meteco:** estrangeiro residente.
- **monarquia:** governo de um só (monas).
- **oligarquia:** regime no qual a soberania pertence a alguns (oligos) grupos.
- **pólis:** cidade; comunidade política.
- **politeia:** regime de governo; as instituições públicas.
- **ta politika:** política.
- **zoon politikon:** expressão utilizada por Aristóteles, que define o homem como animal político.

A democracia ateniense

Em Atenas, o princípio de soberania do povo significava, sobretudo, a igualdade entre os cidadãos, membros da comunidade política, e se sustentava fundamentalmente pelo exercício da cidadania ativa, através da **isonomia**, da **isègoria** e também da rotatividade dos cargos e sorteio.



FOLTZ, Philipp Von. Péricles em Pnyx, 1877

Aristóteles critica a concepção política de Platão, para quem a cidade era uma aglomeração de pessoas com o objetivo de trocar serviços e produtos.

Para Aristóteles, há algo que não foi considerado: a cidade é uma "comunidade política" e "todas as comunidades visam a algum bem"⁴. Há, portanto, uma nova compreensão do homem e da sociedade. O homem não está na cidade por conveniência apenas, mas por sua condição; a cidade não se baseia apenas na necessidade, mas também nos interesses dos indivíduos: "(...) o homem é por natureza um animal social; por isso, mesmo que os homens não necessitem de assistência mútua, ainda assim eles desejam viver juntos. Ao mesmo tempo eles são levados a reunir-se por interesses comuns, na medida em que cada um deles pode participar de uma vida melhor. É este, então, o principal objetivo de todos e de cada um em separado na vida comunitária (...)"⁵

Devido a outras questões que estão além das considerações estritamente políticas, Aristóteles compreende que a ciência política tem um papel que vai além do pensamento sobre a cidade ideal. Segundo Aristóteles deve-se conhecer os governos reais e as diferenças entre as constituições para em seguida se considerar as especificidades e os limites naturais da aplicação das constituições conhecidas em cada cidade. A consideração da melhor constituição, contudo, não é

descartável, porque será por meio desse conhecimento que se poderá conceber um modo pelo qual qualquer constituição criada pode ser conservada. É por esse motivo que o filósofo realiza um estudo dos diversos tipos de constituições em sua obra.

Podemos concluir que para Aristóteles, a política se constituía na investigação em torno do bem supremo, daí que, se constituía na ciência mais importante. Por sua vez, o homem como animal político se define na sua existência por meio de uma vida organizada politicamente.

Aristóteles define a cidade e sua finalidade como "uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de autossuficiência. Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa"⁶.

É preciso reconhecer que a igualdade jamais foi plena, mesmo no auge da democracia ateniense, quando eram considerados cidadãos apenas os homens adultos, nascidos em Atenas, sobretudo pelo fato de falarem a língua grega. Portanto, eram excluídos da vida política: as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros (*metecos*).

Quando nasce a democracia?

Segundo Sólon, o autor da Constituição de Atenas, no início do século IV a.C., o exercício da cidadania já começava a se ampliar, deixando de ser privilégio da classe dos aristocratas e dos camponeses abastados, para incorporar também a classe dos tetas. No entanto, é durante o século V que ela se torna uma realidade na vida cotidiana dos atenienses.

A última (classe) que reunia todos aqueles que tinham rendimentos inferiores a duzentas medidas de grãos. Na época clássica, os tetas correspondiam sensivelmente à metade da comunidade cívica e serviam na armada, como remadores. Ao acreditar no autor da Constituição de Atenas, os tetas não podiam ascender às magistraturas. Mas tinham, por direito assento na assembleia e nos tribunais. (...)

É perfeitamente legítimo supor que o acesso dos tetas às assembleias não tenha sido o resultado de uma reforma concebida por um legislador, mas sim uma situação de fato, resultante dos tumultos que caracterizaram a história de Atenas no séc. VI (...).⁷

Uma das diferenças essenciais da democracia ateniense para as democracias contemporâneas é que na sua política não havia o Estado, essa instituição que caracteriza a política moderna e contemporânea. Os atenienses viviam e praticavam a democracia direta; para eles, o político e o social não se separam. Os cidadãos são políticos, eles não têm representantes. Daí que toda decisão no campo político é imediatamente uma conquista social. Na democracia moderna, o povo exerce sua soberania através de representantes – os políticos.

Vale à pena observar como Jean-Jacques Rousseau, critica a alienação da soberania e a ameaça da perda da liberdade política, como consequências diretas das formas representativas de governo:

Desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, O Estado já se encontra próximo da ruína. (...) A soberania não pode ser representada pela mesma razão porque não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes;

4 ARISTÓTELES – *Política I*. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. P. 1252^a.

5 ARISTÓTELES – *Política III*, 4, 1278b. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

6 ARISTÓTELES. *A Política*. Edição bilingüe, grego-português. Tradução Antonio C. Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998. p. 53.

7 MOSSÉ, C. *O cidadão na Grécia Antiga*. Tradução Rosa Carreira. Revisão da Tradução Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1999. Coleção: Lugar na História. p.24, 25

No período renascentista podemos considerar Maquiavel como **o mais importante filósofo político**. É reconhecido como o *“pai do pensamento e da ciência política moderna”*, devido aos seus escritos sobre o Estado e o governo. Para o pensador italiano (nascido em Florença) interessava estudar o governo como realmente é – *la verità effettuale della cosa* (a verdade efetiva da coisa) – e não como deveria ser.

Tivera uma longa experiência política ocupando cargos no governo da dinastia *Médici*, de onde mais tarde reuniu suas impressões em uma obra cujo centro de suas reflexões será o fundamento da manutenção do exercício político pelo príncipe. Em sua obra clássica, *O Príncipe*, trata exatamente das causas do sucesso ou do fracasso na condução do poder político pelo governante. A diferença da teoria maquiavélica em relação às outras reflexões políticas reside no fato de que, segundo Maquiavel, as razões políticas em hipótese alguma devem se deixar guiar pelas motivações de ordem moral.

Deve-se destacar que foi Maquiavel quem ofereceu ao Estado o termo *“Absoluto”*, significando o poder central e soberano capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com nenhum outro indivíduo, sobre as questões tanto exteriores quanto internas de uma coletividade.

Para Maquiavel, a política como propriedade natural do homem é substituída pela política como atividade constitutiva da existência coletiva. Essa afirmação se fundamenta no conhecimento prático que se pode ter das repúblicas ou principados, bem como da história política da Antiguidade.

Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos e que o mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões, sempre existindo governantes e governados, bons e maus súditos.

As regras políticas nada têm a ver com qualquer tipo de dever moral ou religioso. Ao contrário, Maquiavel entende que o estado deve ser separado do poder religioso ou de qualquer princípio anterior às práticas políticas.

Para ele, o Estado é um tipo de legislador que define o que é justo e o que é injusto. Este é um princípio que deve ser mantido constantemente, quaisquer que sejam os meios utilizados pelo legislador.

Maquiavel afirma que: *“nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal a quem recorrer, somente importa o êxito, bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e preservar o Estado. Os meios empregados sempre serão considerados honrosos e louvados por todos”*¹².

Sendo assim, Maquiavel procurou indagar que conduta deve adotar quem tem como projeto a instauração ou representação de um principado duradouro, forte e feliz. **Ao príncipe é melhor ser temido do que amado**, uma vez que a natureza humana é propícia às vilanias. *“Os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro”*¹³, afirma Maquiavel.

Nesse caso, a nova virtude (**virtú**) do príncipe deve ser a firmeza do caráter, a coragem militar, a habilidade do cálculo e a capacidade de sedução. Se quiser o poder é preciso desejá-lo como onipotência e tomá-lo, não admitindo fraquezas nem compromissos.

O desejo de Maquiavel era ver a Itália, dividida em guerras internas, unida. Para isso, propõe investigar empiricamente as posturas políticas e a sociedade a partir dos fatos humanos, uma vez que a ciência política é uma ciência concreta, tendo como objeto o fenômeno do poder.

Por fim, de todo esse pensamento sobressai à preocupação em descrever os fundamentos da ação política em um campo filosófico totalmente desvinculado de uma visão otimista do homem, isto é, a lógica do poder político obedece senão única e exclusivamente aos princípios de um único cálculo racional: **“os fins justificam os meios”**. E, sendo assim, se for necessário que o soberano lance mão da força ou até mesmo da crueldade, isso é perfeitamente racional, de acordo

com a lógica da ação política maquiavélica, ou seja, a manutenção do poder político.

Os filósofos contratualistas

A questão que iremos abordar com esses filósofos diz respeito à **fundamentação do Estado**. O que eles querem saber é qual a origem do estado, das leis, do governo etc. São chamados de *“contratualistas”* porque entendem que o estado nasce a partir do contrato ou pacto firmado entre os homens. No entanto, é apenas isso o que há de comum entre os contratualistas, pois, cada um tem uma concepção diferente sobre o governo, o exercício do poder, o papel do povo diante do estado etc.. A ideia do *“contrato”* é expressa por meio de uma distinção feita entre *Estado de Natureza* e *Estado Civil*. O primeiro, seria um modo de vida em que os homens não se subordinam a nenhuma lei, nenhum tipo de governo; o segundo seria exatamente a passagem para uma vida em sociedade, regrada e subordinada a determinadas leis, fruto do próprio contrato, ou pacto, entre as pessoas.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): A constituição da Sociedade Civil

Rousseau nasceu em Genebra, e sua vida foi preenchida por muitas ocupações: filósofo, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Além de ser uma das mentes mais marcantes do iluminismo francês, Rousseau também foi precursor do romantismo.

A obra de Rousseau influenciou ideologicamente a segunda fase da *Revolução Francesa* – a última das revoluções modernas, e que iniciou um período de terror e instabilidade política, que acabaria por levar à ditadura de Napoleão. O princípio da soberania popular e da igualdade de direitos, ideias defendidas por Rousseau em suas obras teóricas, transformou-se na principal bandeira dos revolucionários.

Rousseau notabilizou-se a partir de duas obras, *Discurso sobre a origem e Fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755). Em ambas, Rousseau deixou registradas suas reflexões acerca do tema das desigualdades e injustiças sociais. Ele identifica na maneira como a sociedade se encontra organizada a explicação para a desigualdade e a injustiça

Alguns estudiosos consideram Rousseau um antecessor do socialismo e do comunismo, devido à constatação das desigualdades como frutos da competição e da hierarquia mal constituída. Foi pioneiro no ataque à propriedade privada. Outra preocupação de Rousseau foi explicar os fundamentos do poder político exercido pelo Estado.

Para o filósofo, o fundamento do poder político é a soberania popular, e o objetivo do governo deveria ser assegurar a liberdade, a igualdade e a justiça para todos.

Em toda a obra de Rousseau, podemos perceber que a principal preocupação de sua filosofia é a de libertar o homem. Tanto que ele chegará a afirmar uma suposta natureza bondosa do homem, somente corrompida devido ao modo como os homens se organizam para viabilizar o convívio social. Ao contrário de Thomas Hobbes, Rousseau acredita que o estado de natureza não é a face perversa da natureza humana, mas que para assegurar os direitos de todo homem, a constituição da sociedade civil seria a melhor situação. Analisemos o que escreveu Rousseau a respeito da criação da sociedade civil:

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esses impostor;”

12 MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Porto Alegre, L & PM Pocket, 1999. P. 111.

13 *Ibidem*.

estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!'. Grande é a possibilidade, porém, de que as coisas já então tivessem chegado ao ponto de não poder mais permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependendo de muitas ideias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. [...] Esses primeiros progressos puseram, por fim, o homem à altura de conseguir outros mais rápidos. Quanto mais esclarecido o espírito, mais se aperfeiçoava a indústria. Logo, deixando de adormecer sob a primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, encontrou alguns tipos de machados de pedra, duros e cortantes, que serviam para cortar a lenha, cavar a terra e fazer choupanas de ramos, que logo resolveu cobrir de argila e lama. A essa época se prende uma primeira revolução que determinou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade da qual nasceram talvez brigas e combates. No entanto, como os mais fortes possivelmente foram os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de crer que os fracos acharam mais rápido e seguro imitá-los do que tentar desalojá-los e, quanto aos que já possuíam cabanas, nenhum deles certamente procurou apropriar-se da de seu vizinho, menos por não lhe pertencer do que por ser-lhe inútil e não poder apossar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família ocupante"¹⁴.

Thomas Hobbes (1588-1679)

A sua filosofia, no que diz respeito ao conhecimento, é *empirista*, no entanto, não é com isso que iremos nos preocupar neste momento, já que trabalhamos com essa problemática anteriormente. A questão que agora norteia as nossas discussões é compreender os pontos principais de sua teoria política.

Pode-se antecipar aqui e dizer que, conforme o desenvolvimento do pensamento hobbesiano, sua teoria do estado desembocará na defesa do estado *absolutista*.

"Estado de Natureza": De início os homens vivem no *estado de natureza*, onde gozam de liberdade total, onde não há leis, nem governante. No entanto, pelo egoísmo, os homens começam a querer levar vantagem sobre os outros, o que faz das relações humanas uma verdadeira guerra de todos contra todos. Hobbes, numa frase, condensa essa ideia e diz que: "*o homem é lobo do homem*".

O único meio de restabelecer a ordem, a paz e a segurança seria então por meio de um "contrato" ou "pacto", feito entre os homens, no intuito de delegar poderes a um soberano, que tendo *plenos poderes*, possa garantir a ordem e a paz entre todos.

O soberano passa a ter poderes absolutos e, no momento do pacto, todas as pessoas delegariam a ele a liberdade de que gozavam no estado de natureza. Assim surge o estado civil, onde deve imperar a ordem e a obediência ao soberano.

A ideias de Hobbes sobre o "estado absoluto" foram descritas em sua obra *Leviatã*. Com esse título, Hobbes quer passar exatamente a ideia do poder desse estado. *Leviatã* é um monstro da mitologia bíblica que encarna a força e o poder, e serve para Hobbes como exemplificação do estado que deve surgir após o pacto ou contrato entre as pessoas.

Depois de firmado o contrato, o soberano passa a ter domínio

sobre tudo no estado, podendo usar a força e a violência quando necessária para manter a ordem.

Temos, portanto, em Hobbes, uma concepção negativa sobre o ser humano, ou seja, o homem, por natureza, é mau e precisa de correção. Tal correção vem por meio de um estado absoluto, que é capaz de, através das leis e da força, por fim à desordem do estado natural.

John Locke (1632-1704)

A Inglaterra do século XVII foi marcada pelas lutas travadas entre a morte da ordem feudal e o crescimento do liberalismo político e econômico.

A história, entretanto, apontava uma outra direção: as transformações sociais em curso faziam emergir uma nova classe que crescia economicamente e que se encontrava despojada do apoio necessário da Coroa para expandir seus mercados. Essa fração da sociedade não tinha o controle efetivo da situação política da Inglaterra, por isso, fazia-se necessário derrubar a velha ordem para progredir no sentido da liberdade e do mercado que o acompanha.

O choque de interesses teve seu apogeu na Revolução Gloriosa, em 1689, pondo fim ao *absolutismo* inglês e seus princípios filosóficos, e fez ascender ao poder Guilherme de Orange e sua esposa Maria. A Revolução tornou possível a derrubada do Estado que protegia um sistema essencialmente feudal, passando o poder para as mãos de uma nova classe, tornando possível o desenvolvimento do capitalismo.

Foi nesse intenso clima de lutas por interesses e de crescimento dos princípios liberais da economia e da política que John Locke nasceu, a 29 de agosto de 1632, em Wrington. Em termos de política, é considerado um "filósofo contratualista", pai do liberalismo econômico. Sua preocupação, entre outras, é com a fundamentação do Estado, para o qual irá desenvolver a teoria do estado de natureza e do estado civil. No âmbito propriamente filosófico, John Locke escreveu uma das suas principais obras, *Ensaio sobre o entendimento humano*, que levaria 20 anos para ser concluída. Nessa obra, Locke se envolve em investigações sobre "teoria do conhecimento". Diz que o conhecimento humano está todo ele baseado na experiência sensível, rejeitando, assim, as ideias inatas de Descartes. Ao colocar na *experiência* a base fundamental do conhecimento Locke pode ser considerado um *empirista*.

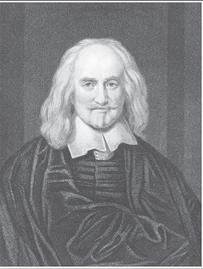
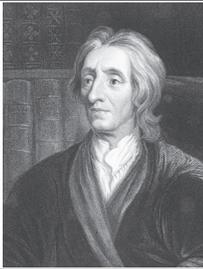
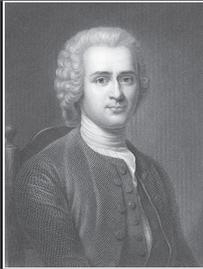
Locke escreveu também a *Carta sobre a tolerância*, discurso sobre a liberdade de consciência religiosa, e os *Dois Tratados sobre o governo civil*, onde criticou duramente os princípios do absolutismo e fundamentou as ideias políticas liberais.

Dentre suas ideias Locke defende a liberdade e a tolerância quanto às crenças de cada um e afirma que a propriedade privada, instituída pelo trabalho, é um direito natural do indivíduo que cabe ao Estado garantir. A finalidade do Estado, gerado pelo contrato social e legitimado pelo consentimento é a de preservar os direitos naturais; para tanto, deve funcionar como o guardião das leis e árbitro dos conflitos; as regras econômicas ficam a cargo dos proprietários privados e das leis de mercado.

O estudo da filosofia política de John Locke nos leva a compreender quais os fins da sociedade política e do governo. Para o autor e a sociedade de seu tempo, esta questão se dá por resolvida no campo teórico: "(...) o fim maior e principal para os homens unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é, portanto, a conservação de sua propriedade".

No estado de natureza os homens carecem de sentido político e de leis estabelecidas de proteção à propriedade. Porém, isso não se dá na sociedade política unida pelo **consentimento** entre os homens, tendo como fim último a proteção da propriedade privada. As portas da história estão abertas para que a sociedade das trocas se desenvolva e para que as novas leis a proteja.

14 ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. p. 89-90.

AS TEORIAS CONTRATUALISTAS			
Representantes			
	Hobbes (1588-1679)	Locke (1632-1704)	Rousseau (1712-1778)
	Filósofo inglês tal como Locke. A sua teoria política parte da ideia de que o homem é mau por natureza. O objetivo fundamental do Estado é garantir a segurança e a paz social porque esse é o interesse primordial de cada ser humano.	É considerado o pai do liberalismo político. Rejeitou o pretensível caráter divino da monarquia. Para Locke, a soberania reside na comunidade, no povo e não no rei. O estado deve respeitar os direitos individuais.	Filósofo francês, é considerado um dos máximos expoentes do Iluminismo. Defendeu a bondade do ser humano. É a sociedade que corrompe a bondade do ser humano.
Estado de Natureza	Antes da criação do poder do Estado impera a lei natural do mais forte. O estado de natureza é aquele em que todos se julgam com direito a tudo. Por isso, ninguém reconhece ou respeita direito algum. A vida humana é nesta situação um constante conflito e está constantemente ameaçada pela guerra de todos contra todos.	No estado de natureza, antes de haver Estado, os indivíduos já gozam de direitos básicos como a liberdade, a propriedade e o direito à vida. Contudo, não existem mecanismos que obriguem ao respeito destes direitos naturais nem para legitimamente castigar os que os violam.	Antes de haver Estado e sociedade organizada, os seres humanos são livres iguais e bons. A sociedade é que os corrompe. No estado natural há contida dificuldade em satisfazer as necessidades básicas. Não há direitos anteriores ao contrato.
Contrato	Ninguém, racionalmente, pode aceitar viver uma situação em que não há garantia alguma de continuar a viver. Para garantir uma certa segurança, ordem e estabilidade, os indivíduos renunciam incondicional e irrevogavelmente a todos os seus direitos. Cedem-nos a uma só pessoa: o soberano, a única autoridade que pode assegurar a ordem e a paz sociais.	Para assegurar o respeito pelos direitos naturais, os indivíduos dão ao Estado o poder de os defender e tutelar. O contrato social é revogável: pode ser revogado caso os governantes não respeitem os direitos inalienáveis dos cidadãos.	Cada membro da sociedade abdica sem reserva de todos os seus direitos em favor da comunidade. Mas como todos abdicam, na verdade, cada um nada perde. Cada membro enquanto elemento ativo do todo social, ao obedecer à lei, obedece a si mesmo. O contrato não faz o indivíduo perder a sua soberania, pois ele não cria um Estado separado de si mesmo.
Consequência	Estado autoritário: poder absoluto do monarca ou do soberano.	Democracia representativa.	Democracia direta.

A Política no mundo contemporâneo

Embora as relações entre Estado e sociedade tenham mudado no decorrer do processo histórico, podemos dizer que nas modernas sociedades democráticas o exercício do poder se faz pela combinação da coerção ostensiva (força policial ou militar, lei, justiça) com a formação do consenso da sociedade em torno de determinados objetivos. As contradições e conflitos gerados no processo social encontram expressão, na política, nas tendências que defendem os diversos interesses dos grupos sociais.

Se as revoluções do século XVIII desencadearam o processo de conquistas das classes burguesas, que encontraram expressão no Estado liberal, o século XIX foi marcado pela experiência das **revoluções socialistas**, que assinalaram o processo de organização das classes trabalhadoras e culminaram na Revolução de Outubro de 1917. Os socialistas se propunham a instaurar uma nova ordem social democrática, objetivo que exigia a expansão internacional do movimento; mas fracassaram as revoluções socialistas que irromperam na Europa e a tarefa de reestruturação econômica a se realizar na

Rússia mostrou-se gigantesca, além das dificuldades políticas geradas pela resistência tanto de forças internas quanto dos países capitalistas ocidentais. Assim, por força das circunstâncias e pelo modo como foi conduzido, o projeto socialista inicial se desfigurou e desembocou num regime totalitário, semelhante aos regimes ditatoriais que levaram o Ocidente à Segunda Guerra Mundial.

De outro lado, a política posta em prática a partir da Segunda Guerra Mundial acentuava o papel do Estado na organização da economia, por meio de investimentos ou subsídios à indústria, e pela garantia dos direitos sociais (saúde, habitação, educação, transporte, seguridade) a todos os cidadãos. Até a década de 60, os países capitalistas da Europa Ocidental conseguiram não só recuperar-se das devastações da guerra, mas ainda alcançaram um grande desenvolvimento econômico. Dentre os fatores desse desenvolvimento estão a revolução tecnológica e os avanços da informática nos países de capitalismo avançado, assim como a expansão da indústria baseada na linha de montagem em países do "terceiro mundo". Esse processo, porém, estabeleceu grandes disparidades econômicas e sociais entre os países subdesenvolvidos e o "primeiro mundo", que, depois de um período áureo, começou a sentir as primeiras manifestações da crise econômica na década de 70.

O neoliberalismo, adotado inicialmente pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, foi a proposta política que inúmeros países passaram a adotar para enfrentar a crise econômica. Essa política reduz a participação do setor público na economia, defende a ampliação do mercado e o libera da direção do Estado.

A política neoliberal tenta responder às necessidades de recuperação e expansão da economia capitalista, que, em seu processo, gera contradições internas que precisam ser superadas para que se retome o desenvolvimento.

O fim do regime soviético, simbolizado na *queda do Muro de Berlim* (1989), desencadeou um processo de profundas transformações no cenário político e econômico mundial. Enquanto se redefinem as fronteiras geográficas, e os países que formavam a antiga União Soviética tentam se reorganizar no campo da política e da economia, os países capitalistas tentam resolver os novos problemas colocados pelo sistema de produção e pelas novas relações de mercado.

O neoliberalismo, adotado inicialmente pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, foi a proposta política que inúmeros países passaram a adotar para enfrentar a crise econômica. Essa política reduz a participação do setor público na economia, defende a ampliação do mercado e o libera da direção do Estado.

A política neoliberal tenta responder às necessidades de recuperação e expansão da economia capitalista, que, em seu processo, gera contradições internas que precisam ser superadas para que se retome o desenvolvimento.

A revolução tecnológica gerou um processo de mudanças aceleradas no modo de produção, que assume novos contornos na globalização da economia; esse processo implica a reordenação das relações de trabalho, que se efetiva na substituição do trabalho humano pelas máquinas, na divisão mais elaborada de funções que exigem o empenho constante na especialização do trabalhador, no remanejamento da mão de obra e conseqüente aumento do desemprego, na diversificação da produção de bens e serviços.

O desenvolvimento de um mercado mundial exige a derrubada das barreiras que dificultam o sistema internacional de trocas, com o incentivo à instauração de mercados comuns, estabelecidos a partir de longas negociações: assim, a criação da Comunidade Europeia foi seguida pelo Nafta, que une os mercados americano, mexicano e canadense. Na América do Sul, o Mercosul visa a cumprir o mesmo objetivo.

Nos países onde foi aplicada, a política neoliberal, aliada às exigências da globalização da economia, acentuou a concentração de rendas e agravou a condição de pobreza de grandes parcelas da população.

06. (UEL/2004) *“O maquiavelismo é uma interpretação de O Príncipe de Maquiavel, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade.”*

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. de Alfredo Fait. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1984. p. 14.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é:

- A) Independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.
- B) Independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.
- C) Dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- D) Dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universal e necessariamente.
- E) Independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.

07. (UEL/2006) *“Um povo, portanto, só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis num clima de igualdade, de tal modo que a obediência a essas mesmas leis signifique, na verdade, uma submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano. Isto é, uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo em particular ou de um grupo de indivíduos.”*

NASCIMENTO, Milton Meira. *Rousseau: da servidão à liberdade*. In: WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2000. p. 196.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a legitimidade do poder do Estado em Rousseau, é correto afirmar:

- A) A legislação que rege o Estado deve ser elaborada por um indivíduo escolhido para tal e que se tornará o soberano desse Estado.
 - B) A liberdade de uma nação é ameaçada quando se confere ao povo o direito de discutir a legitimidade das leis às quais está submetido.
 - C) Devido à ignorância e ao atraso do povo, devesse atribuir a especialistas competentes o papel de legisladores.
 - D) A legitimidade das leis depende de que as mesmas sejam elaboradas pelo conjunto dos cidadãos, expressão da liberdade do povo.
 - E) A vontade do monarca, cujo poder é assegurado pela hereditariedade, deve prevalecer na elaboração das leis às quais se submetem os cidadãos.
08. (UEL/2007) *“A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava. E só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir, baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes de ouvir suas inclinações”.*

Fonte: ROUSSEAU, J. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.77.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contratualismo de Rousseau, assinale a alternativa correta:

- A) Por meio do contrato social, o homem adquire uma liberdade natural e um direito ilimitado.
- B) O homem no estado de natureza é verdadeiramente senhor de si mesmo.

- C) A obediência à lei que se estatui a si mesmo é liberdade.
- D) A liberdade natural é limitada pela vontade geral.
- E) Os princípios, que dirigem a conduta dos homens no estado civil, são os impulsos e apetites.

09. (Fundação Carlos Chagas/2007) De fato, é no plano político que a Razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. Essa frase de Vernant é uma síntese de sua tese, segundo a qual
- A) a racionalidade, da forma que a conhecemos, só existe a partir da filosofia política de Platão.
 - B) o surgimento da filosofia tem profunda conexão com o desenvolvimento da vida pública das cidades gregas.
 - C) a preocupação com a ciência política é o ponto em comum entre as doutrinas pré-socráticas.
 - D) a democracia ateniense surge como produto da ética e da filosofia política dos séculos VII e VI a.C..
 - E) o desenvolvimento da Razão se deve ao intenso envolvimento político dos filósofos do período helenístico.

10. (UEM/2008–Adaptada) Maquiavel inaugura o pensamento político moderno. Seculariza a política, rejeitando o legado ético-cristão. Maquiavel tem uma visão do homem e da política como elas são e não como deveriam ser. A política deve ater-se ao real, deve preocupar-se com a eficiência da ação e não teorizar, como fazia Platão, sobre a forma ideal de governo.

Analise as afirmativas abaixo:

- I. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que governa com justiça, estabelecendo, entre seus súditos, a igualdade social e uma participação político-democrática;
- II. Maquiavel redefine as relações entre ética e política, não julga mais as ações políticas em função de uma hierarquia de valores dada de antemão, mas em função da necessidade dos resultados que as ações políticas devem alcançar;
- III. Maquiavel faz a apologia da tirania, pois considera ser a forma mais eficiente de o príncipe manter-se no poder e garantir a segurança da ordem social e política para seus súditos;
- IV. Na concepção política de Maquiavel, não há uma exclusão entre ética e política, todavia a primeira deve ser entendida a partir da segunda. Para ele, as exigências da ação política implicam uma ética cujo caráter é diferente da ética praticada pelos indivíduos na vida privada;
- V. Para Maquiavel, a sociedade é dividida entre os grandes, isto é, os que possuem o poder político e econômico, e o povo oprimido. A sociedade é cindida por lutas sociais, não pode, portanto, ser vista como uma comunidade homogênea voltada para o bem comum.

São corretas as afirmativas:

- A) II, IV e V, somente.
- B) II e IV, somente.
- C) I e III, somente.
- D) I, II e III, somente.
- E) III e V, somente.

11. (UFSM/2012) Thomas Hobbes é conhecido por sua descrição do estado de natureza como um estado de guerra de todos os homens contra todos os homens. Para superar essa condição inicial de insegurança Hobbes propõe a instituição de um Estado
- A) pautado por um ideal de isomeria e igualdade social.
 - B) civil mediante um pacto que transfere todo direito natural dos indivíduos a um soberano.
 - C) liberal que assegure o direito à propriedade privada e às liberdades do indivíduo.
 - D) pautado por valores democráticos, no plano político, e pelo mercado, no econômico.
 - E) fundado no despotismo esclarecido e nos ideais iluministas.

03. O elitismo foi uma grande característica da democracia, pois, em Atenas, a Eclésia era formada por 10% da sua população, já que os cidadãos deveriam ser homens nativos, o que excluiria as mulheres, metecos e escravos. Acerca da escravidão, é importante ressaltar que, como o sistema de democracia era direto e as discussões e votações podiam durar dias, o escravo era peça fundamental, pois ficava produzindo para que o cidadão tivesse momentos disponíveis (ócio) para se reunir na ágora. A filosofia política aristotélica, em Tebas, elitizava mais ainda a tomada de decisões ao afirmar que somente a classe rica, dominante e erudita, teria direito a governar, excluindo os supostos cidadãos pobres.

Resposta: B

04. A) O texto mostra que não, pois os ministros são, também, alvo de observação por parte dos governados; B) Vale o mesmo comentário de (A); C) Incorreto. Apesar de os ministros servirem para dar a primeira impressão junto aos governados, eles são vistos como parte do próprio governo; D) Também incorreto, pois os ministros compõem o governo, como um todo; E) Alternativa correta, pois o governante, bem como os seus auxiliares, são partes de um todo. O governante (príncipe) tem o seu governo avaliado, também, a partir da escolha dos seus ministros, ou seja, do pessoal do primeiro escalão.

Resposta: E

05. Apenas os itens (I) e (II) estão corretos e correspondem ao pensamento de Thomas Hobbes. O item (III) relaciona-se com o pensamento de Rousseau. Com a passagem do estado de natureza ao estado civil, segundo Rousseau, imprime-se no homem a moralidade que lhe faltava no estado de natureza, substituindo-se uma conduta guiada pelo instinto por uma conduta guiada pela justiça, deixando-se de aplicar a lei da natureza e introduzindo-se a lei civil. O item (IV) também não se coaduna com o pensamento hobbesiano.

Resposta: A

06. Maquiavel propunha que os atos políticos fossem julgados pelas suas consequências e não por princípios éticos (ou morais) predeterminados ou preocupação com a punição divina.

Resposta: A

07. Os aspectos avançados do pensamento de Rousseau estão no fato de denunciar a violência daqueles que abusam do poder conferido pela propriedade, bem como por ter desenvolvido uma concepção mais democrática de poder, baseada na soberania popular e na vontade geral, que seriam interesses comuns de uma nação. Rousseau pensava na igualdade através da política, ao invés da economia integrada, pensava na vontade geral, soberania popular, governo da maioria e na democracia direta ou com representação.

Resposta: D

08. A noção de contrato em Rousseau traz implícito que as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade a fim de obter as vantagens da ordem social. Nesse prisma, o contrato social seria um acordo entre os membros da sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante.

Resposta: C

09. O surgimento da Filosofia está vinculado também ao processo de consolidação da democracia grega em torno da *pólis*. A cidade-estado grega era o espaço legítimo e legitimador de sua liberdade, a ponto de o Estado tornar-se horizonte ético do homem grego. Esta é a base da sua cidadania: os cidadãos eram a finalidade última do Estado, o bem do Estado era seu próprio bem, sua liberdade, sua grandeza. As discussões em assembleias (que era onde o povo se reunia para votar) estimulava o pensamento crítico-reflexivo, a expressão da vontade coletiva e evidencia a capacidade do homem em se reconhecer capaz de vislumbrar a ordem e a organização do mundo a partir da sua própria racionalidade e não mais nas palavras mágico-religiosas baseadas na autoridade dos poetas inspirados. Com isso, foi possível, a partir da investigação sistemática, das contradições, da exigência de rigor lógico, surgir a Filosofia.

Resposta: B

10. Estão corretos os itens (II), (IV) e (V). Maquiavel estabelece a autonomia da política, refutando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política. Ele não avalia as ações em função de uma hierarquia de valores dados *a priori*, mas sim em vista das consequências, dos resultados das ações políticas, sendo essa a ideia expressa na afirmativa (II). A afirmativa (IV) nos leva à reflexão sobre a situação dramática e ambivalente do homem de ação: se o indivíduo aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida acolherá fracassos sucessivos, tornando-se um príncipe incompetente, o que acaba por aplicar-se na afirmativa (V) cujos critérios da ética política precisam ser revistos conforme as circunstâncias e sempre tendo em vista os fins coletivos.

Resposta: A

11. Na questão proposta reconhecemos que trata de um problema ligado a filosofia política. O autor sugerido (Hobbes) é considerado um dos primeiros teóricos contratualistas e jusnaturalistas no período moderno. Para resolver a questão o aluno precisa lembrar que Hobbes é defensor do ideal absolutista, de um soberano e que idéias liberais estão presentes em Locke (teórico contratualista).

Resposta: B

12. O texto de Platão extraído de sua obra *A República* indica que esta seleção procede segundo a natureza, tanto para homens como para mulheres. Por sua vez, esta seleção dos melhores para governar corresponde à ideia de justiça na cidade. No pensamento ético-político de Platão, esta justiça reflete a disposição das três faculdades da alma (racional, irascível e a apetitiva), cada qual cumprindo a função que lhe é própria. À semelhança destas três faculdades, o Estado ideal se organiza em três classes, dentre as quais se destaca a que se refere à ocupação dos guardiães. O conceito de "os melhores" adquire seu sentido pleno ao se explicitar enquanto princípio de seleção. É sobre este aspecto claramente apresentado que reside o foco para se interpretar o enunciado da questão. Para ingressar no reduzido grupo dos guardiães a escolha se realiza pela aptidão natural tanto de homens como de mulheres para governar. Observe que este princípio não distingue homens e mulheres. Com relação ao ofício de guardião não existe de modo algum nada que seja naturalmente próprio para homem ou para mulher, não obstante se reconheça que a mulher seja fisicamente mais fraca do que o homem. Essa mesma natureza – propícia ao governo da cidade – que há no homem e na mulher, deverá ser educada da mesma maneira. A partir destas

considerações acerca do princípio de seleção dos melhores para o governo da cidade, podemos analisar as alternativas da questão.

A) Correta. Segundo Platão, cada ser humano não nasce em tudo semelhante aos outros, mas com diferenças dadas pela natureza que os torna aptos a realizarem trabalhos distintos. Assim, para a constituição do Estado Ideal, o filósofo propõe a seleção (e uma educação peculiar correspondente) dos melhores homens e mulheres que possuam as mesmas aptidões para governar em decorrência da natureza e, portanto, obrigatória e necessária. Não obstante a diferença natural entre o homem e a mulher, Platão entende que ambos podem apresentar as mesmas aptidões naturais para o desempenho de uma mesma função ou profissão. Esta seleção apresenta-se coerente com o princípio platônico de que a justiça de um Estado construído organicamente consiste em cada um cumprir a função que lhe é atribuída pela natureza. Convém ressaltar que a aristocracia platônica não é constituída por uma nobreza de sangue – de caráter hereditário – cujos indivíduos desde o nascimento possuam o direito de, a seu tempo, governarem o Estado. Mas há que considerar também que o governo dos melhores selecionados, em virtude de suas aptidões naturais, deve se basear na melhor educação.

B) Incorreta. De acordo com Platão, no Estado Ideal, compreende-se que o controle seletivo para constituir a elite aristocrática – governantes ou guardiães do Estado – deve se realizar pelo conúbio dos melhores homens com as melhores mulheres. Deste modo, não se pode permitir que a população se constitua de forma misturada e difusa, sem qualquer limite da procriação ou sem coibir a liberdade na escolha das esposas. Aos melhores homens e mulheres selecionados é vedado contrair uniões que a autoridade competente não aprove.

C) Incorreta. Duas considerações preliminares devem ser levadas em conta: por um lado, de acordo com o texto apresentado na questão, a organização no Estado Ideal, em Platão, reflete a justiça concebida como a disposição das faculdades da alma que faz com que cada uma delas cumpra a função que lhe é própria e, de acordo com a sua natureza, determina aquela que domina ou se deixa dominar. Por outro lado, o Estado Ideal apresentado por Platão é, na verdade, uma aristocracia. Dentre as formas corrompidas do Estado, Platão elenca a timocracia que rompe o equilíbrio essencial do Estado perfeito porque substitui a honra pela virtude.

D) Incorreta. A concepção platônica de Estado Ideal opera uma inversão conceitual da função da mulher grega. Em geral, o grego recolhia a mulher no recinto doméstico confiando-lhe a administração da casa e a criação dos filhos. Ela deveria ser mantida longe das atividades da cultura e da ginástica, das atividades bélicas e políticas. Platão entende que tal atribuição deve levar em conta as disposições da natureza que estão igualmente repartidas entre os dois sexos. Não existem ocupações próprias de homens e mulheres em razão da diferença de gênero. Neste sentido, a mulher, tanto quanto o homem, é chamada pela natureza para o exercício de todas as funções no Estado Ideal. A única ressalva é que ela é apenas mais fraca fisicamente que o homem. No entanto, dado que não possuem qualidades distintas para ocupar estas funções, ambos possuem a mesma natureza passível de ser educada da mesma forma.

E) Incorreta. Para Platão, a riqueza não poderia ser concebida como valor supremo e, por este modo, como fundamento teórico ou como condição para a realização do Estado Ideal, dado que este manifesta o justo equilíbrio das faculdades da alma humana. A riqueza funda, dentre outras, uma forma corrompida de governo: a oligarquia. Esta assinala a decadência ulterior dos valores porque o senhorio da riqueza substitui o da virtude. Não é uma aristocracia fundada na nobreza de sangue ou tampouco uma

oligarquia fundada em uma classe de proprietários que serve de fundamento à existência do Estado platônico, mas a sua perfeição com base na completa unidade e coesão do Estado e de suas partes: a justiça. Tal justiça espelha o divino, o absoluto: o Bem no qual o Estado alcança a sua plena definição e realização. O Bem supremo torna-se, assim, além do fundamento do ser e do cosmo, e da vida privada dos homens, também o fundamento da vida dos homens na sua dimensão política.

Resposta: A

13. A animosidade, como uma característica da natureza humana, definiria o homem como mau em seu Estado de Natureza. Imperaria, sem a mediação do Estado, a “guerra de todos contra todos”. Não haveria uma clara distinção entre o sentido conquistador e imperialista dos EUA e da China em relação ao resto do mundo. A vontade de conquistar e dominar é geral e naturalmente humana para Hobbes.

Resposta: E

14. O fragmento do texto de John Locke destaca um dos pontos centrais de sua filosofia política: a origem do governo significa uma superação do estado de natureza, por meio do estabelecimento de um “contrato” entre governantes e governados, cujos direitos naturais (vida, bens e direitos) são assim preservados.

Resposta: D

15. Embora os gregos tenham sido pioneiros na democracia e na cidadania, essas noções não eram concebidas tal como concebemos hoje. A primeira coisa que devemos saber é o que os gregos entendiam por cidadão, isto é, homens com mais de 21 anos, que fossem atenienses e filhos de pais atenienses. Percebam que o recorte de cidadania corresponde à menor parte da cidade. Escravos eram vistos como seres inferiores e mulheres não tinham participação política, embora fossem superiores aos escravos. Não havia um caráter censitário, na democracia grega, no entanto também não objetavam a igualdade de todos, mas a igualdade dos cidadãos. Os debates políticos aconteciam nas ágoras, praças públicas das cidades, e nelas todos tidos por que eram de direito tinham acesso à participação política, uma vez que o sistema democrático grego era direto.

Resposta: A